



Ministério da Economia
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS



Processo nº 18186.000135/2007-94
Recurso nº Especial do Contribuinte
Acórdão nº **9202-010.370 – CSRF / 2ª Turma**
Sessão de 24 de agosto de 2022
Recorrente ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/07/1995 a 31/12/1998

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PAGAMENTO PARCIAL.
DECADÊNCIA ART. 150, §4ª DO CTN. SUMULA CARF Nº 99.

Para fins de aplicação da regra decadencial prevista no art. 150, § 4º, do CTN, para as contribuições previdenciárias, caracteriza pagamento antecipado o recolhimento, ainda que parcial, do valor considerado como devido pelo contribuinte na competência do fato gerador a que se referir a autuação, mesmo que não tenha sido incluída, na base de cálculo deste recolhimento, parcela relativa a rubrica especificamente exigida no auto de infração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Oliveira - Presidente

(assinado digitalmente)

Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri – Relatora

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Mário Pereira de Pinho Filho, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Maurício Nogueira Righetti, João Victor Ribeiro Aldinucci, Eduardo Newman de Mattera Gomes, Marcelo Milton da Silva Risso, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Carlos Henrique de Oliveira (Presidente).

Fl. 2 do Acórdão n.º 9202-010.370 - CSRF/2ª Turma
Processo nº 18186.000135/2007-94

Relatório

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD 35.580.380-1, para exigência de Contribuições Previdenciárias cota patronal, segurado e terceiros, incidente sobre valores apurados em razão de ações judiciais trabalhistas. Nos termos do relatório fiscal a autuação foi assim resumida:

3- Constituem Fatos Geradores das Obrigações lançadas:

3.1- As remunerações pagas aos segurados empregados , apuradas através das Folhas de Pagamento, em rubricas que não foram consideradas pela empresa como salário de contribuição .

3.2- Os créditos apurados no presente lançamento de crédito, referem-se a

3.2.1- Assistência Médica- (Levantamento AM)- A assistência médica (Plano de Saúde) somente não incorpora os salário de contribuição, quando extensiva a todos os funcionários e dirigentes, o que não acontece no caso em tela

3.2.2- Cesta Básica - (Levantamento CB) - A empresa forneceu a parte de seus empregados cesta básica, porém a mesma não apresentou à fiscalização as provas de ser participante do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, o que daria ensejo à isenção da incidência das contribuições previdenciárias.

3.2.3- Vaie Transporte - (Levantamento VT)- Creditados aos funcionários através de pagamentos em dinheiro, corno foi comprovado no exame da contabilidade.

O lançamento compreende as competências de 07/1995 a 12/1998, tendo o contribuinte sido intimado em 07/07/2003 (fls. 126/127).

Após o trâmite processual a 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária deu provimento parcial ao recurso do Contribuinte para afastar as exigências relativas a vale transporte e auxílio alimentação e, quanto a decadência, ratificou a decisão da DRJ para manter a decadência dos créditos constituídos até a competência 11/1997, nos termos do art. 173, I do CTN. No entendimento do Colegiado, considerando a ausência de pagamentos em relação aos valores apurados, inaplicável ao caso o art. 150, §4º do CTN. O Acórdão 2302-01-758 recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/07/1995 a 31/12/1998

ASSISTÊNCIA MÉDICA.

Para a isenção de contribuição sobre os valores relativos à assistência médica, é necessário que a cobertura oferecida abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa.

VALE TRANSPORTE

Não há incidência de contribuição previdenciária sobre o vale-transporte pago em pecúnia, considerando o caráter indenizatório da verba Súmula n.º 60 da AGU, de 08/12/2011, DOU de 09/12/2011.

ALIMENTAÇÃO. CESTA BÁSICA NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

De acordo com o disposto no Parecer PGFN/CRJ/Nº 2117/2011, a reiterada jurisprudência do STJ é no sentido de se reconhecer a não incidência da contribuição previdenciária sobre alimentação in natura fornecida aos segurados. Tendo sido o Parecer PGFN/CRJ/Nº 2117/2011 objeto de Ato Declaratório do Procurador Geral da Fazenda Nacional, urge serem observadas as disposições inscritas no art. 26A, §6º, II, “a” do Decreto nº 70.235/72, inserido pela Lei nº 11.941/2009.

MULTA MORATÓRIA

Em conformidade com o artigo 35, da Lei 8.212/91, na redação vigente à época da lavratura, a contribuição social previdenciária está sujeita à multa de mora, na hipótese de recolhimento em atraso.

JUROS/SELIC

As contribuições sociais e outras importâncias, pagas com atraso, ficam sujeitas aos juros equivalentes à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC, nos termos do artigo 34 da Lei 8.212/91.

Súmula do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais diz que é cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC para títulos federais.

Intimado do acórdão o Contribuinte interpôs Embargos de Declaração os quais foram rejeitados nos termos do despacho de fls. 578/580. Em tempo apresentou ainda Recurso Especial que foi admitido apenas parcialmente. Com base nos acórdãos paradigmas nº 2402-01.103 e 2403-00.192, defende a recorrente a aplicação ao caso do art. 150, §4º do CTN, pois caracteriza pagamento antecipado o recolhimento, ainda que parcial, do valor considerado como devido pelo contribuinte na competência do fato gerador a que se referir a autuação, mesmo que não tenha sido incluída, na base de cálculo deste recolhimento, parcela relativa a rubrica especificamente exigida no auto de infração.

A Fazenda Nacional apresentou contrarrazões pugnando pelo não provimento do recurso. Para a recorrida o fato de existir nos autos do presente processo o lançamento de apenas algumas rubricas que compõem o fato gerador não significa, ato contínuo, que as demais rubricas foram devidamente recolhidas pelo contribuinte, inexistente prova de efetivo pagamento nos autos que possibilite a conclusão nesse sentido.

É o relatório.

Voto

Conselheira Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri - Relatora

Conforme exposto, trata-se de recurso especial interposto pelo Contribuinte - admitido parcialmente - para discussão acerca da caracterização de pagamento para fins da

aplicação da regra decadencial do art. 150, §4º do CTN. Segundo o contribuinte, deve-se considerar como pagamento o recolhimento parcial realizado no mesmo mês de competência da infração, ainda que neste valor não tenha sido incluído o montante exigido pela ação fiscal.

No que tange ao reconhecimento da decadência, lembramos que o lançamento refere-se a cobrança de contribuições previdenciárias apuradas a partir da caracterização do pagamento de valores considerados como remuneração indireta pela fiscalização, especificamente valores pagos a título de assistência médica (rubrica mantida).

O lançamento compreende as competências de 07/1995 a 11/1997, tendo o Contribuinte sido intimado em 07/07/2003 (fls. 126/127).

Discute-se por meio do presente recurso se haveria nos autos comprovação de pagamento, ainda que parcial, do tributo cobrado.

Tal discussão é relevante na medida em que, após exaustivo debate, a jurisprudência se posicionou no sentido de para aqueles tributos classificados no modalidade de lançamento por homologação o prazo decadencial aplicável é o do art. 150, §4º do CTN, salvo nas hipóteses em que o contribuinte tenha agido com dolo, fraude ou simulação, ou se restar comprovado que não ocorreu a antecipação de pagamento.

O Superior Tribunal de Justiça em decisão vinculante - Resp nº 973.733/SC, firmou entendimento de que a homologação do art. 150, §4º do CTN refere-se ao pagamento antecipado realizado pelo contribuinte, nas palavras do Ministro Luiz Fux: *"Assim é que o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário (lançamento de ofício) conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos casos em que a lei não prevê o pagamento antecipado da exação ou quando, a despeito da previsão legal, o mesmo incorre, sem a constatação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte, inexistindo declaração prévia do débito"*.

Referido julgado recebeu a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO. DECADÊNCIA DO DIREITO DE O FISCO CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TERMO INICIAL. ARTIGO 173, I, DO CTN. APLICAÇÃO CUMULATIVA DOS PRAZOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 150, § 4º, e 173, DO CTN. IMPOSSIBILIDADE.

1. O prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário (lançamento de ofício) conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos casos em que a lei não prevê o pagamento antecipado da exação ou quando, a despeito da previsão legal, o mesmo incorre, sem a constatação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte, inexistindo declaração prévia do débito (Precedentes da Primeira Seção: REsp 766.050/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 28.11.2007, DJ 25.02.2008; AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.03.2006, DJ 10.04.2006; e EREsp 276.142/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 13.12.2004, DJ 28.02.2005).

2. É que a decadência ou caducidade, no âmbito do Direito Tributário, importa no perecimento do direito potestativo de o Fisco constituir o crédito tributário pelo lançamento, e, consoante doutrina abalizada, encontra-se regulada por cinco regras

jurídicas gerais e abstratas, entre as quais figura a regra da decadência do direito de lançar nos casos de tributos sujeitos ao lançamento de ofício, ou nos casos dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação em que o contribuinte não efetua o pagamento antecipado (Eurico Marcos Diniz de Santi, "Decadência e Prescrição no Direito Tributário", 3ª ed., Max Limonad, São Paulo, 2004, págs. 163/210).

3. O dies a quo do prazo quinquenal da aludida regra decadencial rege-se pelo disposto no artigo 173, I, do CTN, sendo certo que o "primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado" corresponde, iniludivelmente, ao primeiro dia do exercício seguinte à ocorrência do fato impositivo, ainda que se trate de tributos sujeitos a lançamento por homologação, revelando-se inadmissível a aplicação cumulativa/concorrente dos prazos previstos nos artigos 150, § 4º, e 173, do Codex Tributário, ante a configuração de desarrazoado prazo decadencial decenal (Alberto Xavier, "Do Lançamento no Direito Tributário Brasileiro", 3ª ed., Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2005, págs. 91/104; Luciano Amaro, "Direito Tributário Brasileiro", 10ª ed., Ed. Saraiva, 2004, págs. 396/400; e Eurico Marcos Diniz de Santi, "Decadência e Prescrição no Direito Tributário", 3ª ed., Max Limonad, São Paulo, 2004, págs. 183/199).

(...)

7. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008. (destaques do original)

A doutrina se manifestava neste mesmo sentido, valendo citar o posicionamento da Doutora Christiane Mendonça, no artigo intitulado "Decadência e Prescrição em Matéria Tributária", publicado livro Curso de Especialização em Direito Tributário: estudos analíticos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho, editora Forense:

Nos lançamentos por homologação - o prazo de cinco anos é contado da data da ocorrência do fato gerador, art. 150, §4º. Ocorre que quando o contribuinte não cumpre o seu dever de produzir a norma individual e concreta e de pagar tributo, compete à autoridade administrativa, segundo art. 149, IV do CTN efetuar o lançamento de ofício. Dessa forma, consideramos apressada a afirmação genérica que sempre que for lançamento por homologação o prazo será contado a partir da ocorrência do fato gerador, pois não é sempre, dependerá se houve ou não pagamento antecipado. Caso não haja o pagamento antecipado, não há o que se homologar e, portanto, caberá ao Fisco promover o lançamento de ofício, submetendo-se ao prazo do art. 173, I do CTN. Nesse sentido, explica Sacha Colmon Navarro Coelho: "A solução do dia primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado aplica-se ainda aos impostos sujeitos a homologação do pagamento na hipótese de não ter ocorrido pagamento antecipado... Se tal não houve, não há o que se homologar."

Também a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no mesmo sentido de que na hipótese de ausência de pagamento de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial para constituição do crédito tributário segue a regra do art. 173, I do CTN, contando-se os cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em o lançamento poderia ter sido efetuado.

Destaca-se que tendo o REsp nº 973.733/SC sido julgado sob a sistemática do Recurso Repetitivo deve este Conselho, por força do art. 62, §2º do seu Regimento Interno, reproduzir tal entendimento em seus julgados.

Ocorre que, embora não haja mais dúvidas de que para se considerar como termo inicial da decadência a data da ocorrência do fato gerador se faz necessário verificar acerca da

ocorrência de antecipação do pagamento do tributo, permanece sob debate qual seria a abrangência do termo 'pagamento' adotado por aquele Tribunal Superior.

Em outras palavras, quais pagamentos realizados pelo contribuinte devem ser considerados para fins de aplicação do art. 150, §4º do CTN?

No que tange as contribuições previdenciárias entendo que a resposta já foi construída por este Conselho quando da edição da Súmula CARF nº 99, que dispõe:

Súmula CARF nº 99: Para fins de aplicação da regra decadencial prevista no art. 150, § 4º, do CTN, para as contribuições previdenciárias, caracteriza pagamento antecipado o recolhimento, ainda que parcial, do valor considerado como devido pelo contribuinte na competência do fato gerador a que se referir a autuação, mesmo que não tenha sido incluída, na base de cálculo deste recolhimento, parcela relativa a rubrica especificamente exigida no auto de infração.

Esta é a exata situação dos autos. Conforme apurado ao longo do processo, e ainda dos processos correlatos julgados nesta mesma data **18186.000180/2007-49 (DEBCAD N 35.580.381-0) e 18186.000137/2007-83 (DEBCAD N 35.580383-6)**, no período fiscalizado o Contribuinte efetuou pagamentos nas mesmas competências e em razão do mesmo fato gerador discutido no lançamento, qual seja, contribuição previdenciária cota patronal, segurado e terceiros. Além das informações acostadas nos citados processos e dos extratos juntados às fls. 279/275, consta do item 3.1 e 9 do Relatório Fiscal a seguinte informação:

3.1 - As remunerações pagas aos segurados empregados , apuradas através das Folhas de Pagamento, em rubricas que não foram consideradas pela empresa como salário de contribuição.

...

9- Foram lavradas as seguintes Notificações Fiscais de Lançamento de Débito: 35.580.380-1, **35.580.381-0**, 35.580.382-8, **35.580.383-6**, 35.580.384-4, 35.580.385-2, 35.580.386-0, 35.580.387-9, 35.580.388-7, 35.580.389-5, 35.580.452-2, 35.580.453-0, 35.580.454-9, 35.580.455-7, 35.580.456-5 e Autos de Infração: 35.510.676-0, 35.510.677-9, 35.510.678-7, 35.510.679-5, 35.510.680-9, 35.510.681-7, 35.510.682-5, 35.510.683-3, 35.510.684-1, 35.510.685-0 e 35.580.379-8.

Assim, diante da comprovação de pagamento, nos termos do art. 150, §4º do CTN, de ser reconhecida a decadência dos créditos eventualmente constituídos até a competência 06/1998.

Pelo exposto, considerando as datas envolvidas, dou provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri

Fl. 7 do Acórdão n.º 9202-010.370 - CSRF/2ª Turma
Processo nº 18186.000135/2007-94